

SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

Estudo Técnico Preliminar 39/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 35014.371047/2025-47

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem como objeto verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de capina, roçada, englobando poda de cercas e plantas de menor porte, aplicação de herbicidas seletivos e adubos, nos imóveis pertencentes ao INSS, nas unidades vinculadas à Superintendência Regional Sul.

2.2. Atualmente, a Superintendência Regional Sul do INSS possui mais de 250 imóveis, distribuídos entre as suas 19 Gerências Executivas, localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais dispõem de uma área total estimada de **238.062 m²** de áreas verdes e jardins, que necessita de manutenção constante por meio de serviços de capina, roçada, poda de cercas e plantas de menor porte, considerando toda a região Sul (PR, SC e RS).

2.3. No entanto, os contratos que estão ativos, não serão renovados, pois surgiram muitos problemas envolvendo a metragem das áreas licitadas. O encerramento dos mesmos (06, 07 e 08/2025) será na data de 13/03/2026 e um deles na data de 16/06/2026 (49/2025).

2.3.1. O Contrato 06/2025 - Processo 35014.351418/2023-11 engloba as GEX de Cascavel, Maringá e Ponta Grossa;

2.3.2. O Contrato 07/2025 - Processo 35014.351418/2023-11 - abrange a GEX Londrina;

2.3.3. O Contrato 08/2025 - Processo 35014.351418/2023-11 engloba as GEX de Curitiba, Blumenau, Joinville, Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Novo Hamburgo, Canoas, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Passo Fundo e Ijuí;

2.3.4. O Contrato 49/2025 - Processo 35014.351418/2023-11 abrange a GEX Porto Alegre.

2.4. A atuação principal será a capina/roçada, que deve ser executada de forma minuciosa em todas as áreas que apresentem mato ou vegetação indesejada, incluindo calçadas, calçamento com pisograma, áreas de estacionamento com brita ou pedregulhos e perímetros de muros.

2.4.1. Além da roçada primária, o escopo engloba:

a) Poda: Realização de podas de formação e contenção em cercas vivas e plantas de menor porte;

b) Aplicação de Herbicidas Seletivos: Onde a capina manual ou mecânica não for suficiente ou duradoura, será autorizada a aplicação de herbicidas seletivos, visando o controle eficaz de espécies invasoras, desde que com o devido acompanhamento técnico e aprovação prévia da fiscalização;

c) Limpeza e Remoção de Resíduos: Todo o material resultante (mato, galhos, lixo encontrado nas áreas de serviço) deve ser integralmente recolhido, ensacado e transportado para descarte apropriado pela empresa contratada, não podendo ser deixado nas dependências do Instituto.

2.5. Dito isso, o Setor de Fiscalização Técnica de Serviços de Engenharia de Manutenção da SRSUL, em seu despacho SEI 23103320, revisou todas as metragens dos imóveis. No levantamento de quantitativo apresentado no doc. SEI 23103062, foram consideradas as áreas destinadas à contratação de serviços manutenção de áreas externas, compreendendo capina, roçada, poda de arbustos e árvores de pequeno porte, retirada de mato em pátios, estacionamentos, passeios, canteiros e aplicação de herbicidas seletivos. Sendo as áreas separadas em 2 tipos:

a) áreas de grama;

b) demais áreas permeáveis, onde existe a possibilidade de crescimento de vegetação (paver, pisograma, pedregulhos, canteiros e demais superfícies vazadas).

2.5.1. Fica excetuada a poda de árvores de grande porte, por se tratar de atividade que requer autorização prévia dos órgãos competentes e execução em altura, devendo, portanto, ser objeto de autorização específica.

2.7. Nesse contexto, foram solicitadas aos Gerentes Executivos sugestões para as diretrizes da nova contratação, cujo compilado consta no documento SEI nº 22864761 e segue descrito abaixo:

2.7.1. Tendo em vista que as periodicidades atualmente previstas nos contratos vigentes - bimestral para imóveis operacionais e semestral para imóveis não operacionais - têm se revelado insuficientes para atender de forma adequada às demandas operacionais, propõe-se a seguinte adequação:

2.7.1.1. **Imóveis não operacionais:** deverão ser realizadas no mínimo 2 (duas) e no máximo 4 (quatro) execuções anuais, conforme a demanda. As 2 (duas) execuções fixas constarão no cronograma, e as demais, se necessárias, serão solicitadas pelo(a) gestor(a) do contrato;

2.7.1.2. **Imóveis operacionais:** deverão ser realizadas no mínimo 7 (sete) e no máximo 8 (oito) execuções anuais, com intensificação das roçadas nos meses de verão, conforme demanda específica de cada local vinculado às Gerências Executivas. Sugere-se um cronograma fixo com 7 (sete) execuções nos seguintes meses: janeiro, fevereiro, março, maio, julho, outubro e dezembro.

2.7.2. Abertura de Ordem de Serviço (OS) para execuções extras por demanda: a Gerência Executiva (GEX) avalia e valida a necessidade junto à unidade específica, encaminha ao(à) gestor(a) do contrato a solicitação do serviço, e este(a) emite a OS, observando o prazo de abertura estabelecido no Termo de Referência;

2.7.3. Incluir adubação e manutenção das áreas verdes. Entende-se que a adubação é necessária para manter a grama saudável, pois repõe os nutrientes que o solo perde com o tempo, garantindo um gramado verde, denso e resistente;

2.7.4. Incluir a informação de que a poda de pequena monta refere-se à execução de serviços rotineiros em arbustos (poda de formação e limpeza em arbustos e cercas vivas) e em árvores de pequeno porte, ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metro;

2.7.5. Incluir a informação de que o Contratado deve fornecer os insumos necessários e adequados, em quantidade suficiente, para a realização das atividades compreendidas.

2.8. Ressalte-se que é obrigação do INSS, por meio da SRSUL, conservar e manter limpos e seguros os imóveis a ele vinculados, sem a existência de vegetação que propicie o surgimento e proliferação de bichos, o acúmulo de sujeira, evitando que estes sejam fontes de transtornos à população, transeuntes e vizinhos. Além disso, por conta da epidemia de dengue que temos todos os anos em várias cidades dos Estados da Região Sul e das constantes cobranças por parte de órgãos públicos municipais, é imperiosa a contratação de serviços especializados de capina e roçada.

2.9. Outrossim, a necessidade da contratação dos serviços decorre do dever do INSS de manter a segurança no que se refere à visibilidade dos imóveis. A presente contratação justifica-se pela necessidade da prevenção de doenças e a manutenção da saúde de todos os servidores e demais usuários.

2.9.1. A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, tendo em vista tratar-se de um serviço continuado, que terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o limite de 10 (dez) anos.

2.10. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina e roçada apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

a) A capacidade das empresas prestadoras de serviço em planejar, coordenar, administrar e executar suas obrigações por meio de profissionais treinados para a função que desempenham, a disponibilidade de equipamentos, acessórios, insumos e materiais necessários à execução dos referidos serviços;

b) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;

c) Os padrões aqui definidos que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

d) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

e) A modalidade de Pregão na forma Eletrônica, por ser realizada à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço;

f) O Contrato terá natureza contínua e será licitado em 19 (dezenove) itens, visando à obtenção de ganho de escala e economia processual;

g) A contratação dos serviços com o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à sua execução é uma prática na Administração Pública, e se mostra vantajosa e mais econômica, tendo em vista que o INSS atualmente apresenta grande carência de recursos humanos para as tantas atribuições com relação à fiscalização contratual, além de eliminar a necessidade de distribuição e a guarda de material.

2.11. Conclui-se, portanto, que trata-se de serviço essencial cuja prestação é sustentada sob a égide do Princípio da Continuidade do Serviço Público, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam em perigo a saúde e a segurança do público usuário que usufrui dos serviços prestados pelas Unidades do INSS - SRSUL.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LOG-DIV/SRSUL	WESLEY BORGES FERREIRA - CHEFE DO SETOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. REQUISITOS LEGAIS:

4.1.1. A futura contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA).

4.1.2. Também observará a seguinte legislação:

- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001: Dispõe sobre o SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022: Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022: Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 02, de 07 de fevereiro de 2023: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.2. ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO:

4.2.1. O serviço em tela enquadra-se na definição de serviço contínuo devido à sua essencialidade e importância, de forma a impedir que sua eventual interrupção comprometa seriamente a adequada prestação do serviço público realizado pelo INSS - SRSUL, conforme dispõe o Art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021.

4.2.2. O serviço é considerado de natureza continuada, possibilitando a prorrogação do contrato em questão, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, por constituir necessidade permanente da contratante, que se repete periodicamente. Conforme Acórdão nº 132/2008, Segunda Câmara, TCU, in verbis:

"o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".

4.2.3. Portanto, tendo em vista a necessidade de conservação e limpeza dos terrenos, áreas verdes e poda de manutenção das plantas de menor porte ser rotineira e permanente, a necessidade do cumprimento das obrigações de proprietário/locatário e a essencialidade dos serviços de capina e roçada para suprir tais necessidades, considera-se possível a prorrogação do contrato por mais de um exercício financeiro.

4.2.4. O serviço a ser contratado:

- a) se enquadra na classificação de SERVIÇO COMUM, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) constitui-se em atividade material acessória, instrumental e complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, podendo ser objeto de execução indireta, nos termos do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018;
- c) não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelecem os arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017;
- d) por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.2.5. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

4.2.6. Ademais, em atendimento ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, o inteiro teor do contrato será disponibilizado no sítio oficial do órgão licitante na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão nº 1.855/2018).

4.2.7. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será permitida a subcontratação do objeto do contrato.

4.4. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. **Não será exigida garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de que se trata de serviço sem dedicação de mão de obra com pagamento posterior, somente da parcela efetivamente executada, e também em virtude de seu potencial de restringir a competitividade do certame caso fosse exigido. Portanto, serão suprimidas todas as cláusulas correlatas a este tópico.

4.5. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

4.5.1. Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

4.6. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO:

4.6.1. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

4.6.2. O objeto deverá incluir o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, equipamentos, produtos e todo o material indispensável à boa execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir a prestação dos serviços, observadas as normas e a legislação vigente. O fornecimento destes itens já deve estar embutido na contratação.

4.7. REQUISITOS TEMPORAIS:

4.7.1. Diante da adoção da unidade de medida m² (Metro Quadrado), parâmetro objetivo, com o quantitativo informado pela DENGPAI - SRSUL, estabeleceu-se **periodicidades fixas e por demanda; conforme o tipo de imóvel** para realização do serviço em cada unidade listada

na Planilha Consolidada - SRSUL (SEI 23103062), resultando no total de **238.062 m²** a serem capinados no decorrer de 12 (doze) meses, sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada por Preço Unitário.

4.7.2. O prazo para início da execução do objeto do futuro Contrato será de no máximo 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato, após a devida aprovação do cronograma.

4.7.3. Antes de iniciar o serviço, a Contratada deverá providenciar a medição da área cujo serviço será realizado a fim de confrontar com o estimado pela Superintendência. Em seguida, deverá elaborar um cronograma de execução que observe o número mínimo de intervenções contratadas e a periodicidade dos serviços necessários naquela(s) área(s), a ser encaminhado à Equipe Especializada da SRSUL para autorização da execução.

4.7.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional, mas imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim. Todas as condições detalhadas inerentes ao agendamento e realização da vistoria constam no Termo de Referência.

4.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA:

4.8.1. Os funcionários da Contratada deverão adequar-se às regras de segurança de circulação e identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança do Trabalho.

4.8.2. A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências das unidades, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF.

4.8.3. Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) próprios para a execução desse tipo de trabalho durante a prestação dos serviços.

4.9. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:

4.9.1. Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.9.2. Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.9.3. Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.9.4. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

4.9.5. A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

4.9.6. Os serviços deverão ser executados de forma a garantir segurança e salubridade. Os materiais empregados pela contratada deverão apresentar a melhor relação custo-benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, e assegurando práticas que promovam a sustentabilidade.

4.9.7. Todos os rejeitos e resíduos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local.

4.9.8. Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e

f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.10. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

4.10.1. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização quando for o caso.

4.11. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE:

4.11.1. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, se for o caso, como preposto da empresa.

4.12. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO:

4.12.1. Os funcionários da Contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

4.13. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

4.13.1. Todos os funcionários da Contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Consideradas as definições anteriores, a Equipe de Planejamento realizou a prospecção junto ao mercado para averiguar as soluções disponíveis que poderiam atender de forma adequada à necessidade das Unidades do INSS - SRSUL, de acordo com os requisitos da contratação dispostos em tópico anterior deste estudo, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e padronização. (TCU, Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - 1ª Edição, 2012), conforme segue:

5.1.1. Solução 1: Contratação do serviço por metro quadrado através de Pregão Eletrônico - Registro de Preços.

Descrição: Contratação por metro quadrado, considerando apenas os serviços efetivamente realizados, ou seja, por demanda, conforme a necessidade.

5.1.2. Solução 2: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de caráter contínuo, com mão de obra exclusiva - 44 horas semanais, através de Pregão Eletrônico.

Descrição: Contrato continuado com mão de obra exclusiva, exigindo número mínimo de profissionais, como, por exemplo, um jardineiro com carga horária de 44 horas semanais.

5.1.3. Solução 3: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de caráter contínuo, sem mão de obra exclusiva, através de Pregão Eletrônico.

Descrição: Serviço continuado sem exigência de número mínimo de profissionais. A contratação prevê apenas a execução do serviço, sem mão de obra exclusiva.

5.1.4. Solução 4: Contratação dos serviços através de dispensa de licitação a cada chamado das unidades.

Descrição: Contratação direta para cada unidade, aplicável apenas em casos de pequeno valor.

5.2. Após análise das soluções acima descritas, ponderando-se os encargos e os preceitos legais implícitos de cada uma delas, entende-se que o mais adequado para a demanda apresentada é a Solução 3. A alternativa 1 não é adequada por trata-se de serviço continuado, a Alternativa 2 é extremamente onerosa, pois não há necessidade de manutenção de postos com dedicação exclusiva de mão de obra e a alternativa 4 é inviável, pois o valor anual das execuções ultrapassaria o limite para realização de DL. Vejamos:

5.2.1. A SRSUL e suas unidades vinculadas necessitam de cuidados frequentes com as áreas verdes. Nesse sentido, a execução do serviço de forma continuada, sem exigência de mão de obra exclusiva e com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, mostra-se a solução mais adequada à realidade existente.

5.2.2. Justifica-se também a adoção da Solução 3 por facilitar a gestão contratual, considerando que o INSS atualmente enfrenta significativa carência de recursos humanos para atender às diversas atribuições relacionadas à fiscalização contratual.

5.3. Com relação ao PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO, verifica-se que se refere à contratação de soluções cujas especificações estejam alinhadas aos padrões disponibilizados usualmente pelo mercado. Esse princípio visa minimizar o risco de contratação de objetos com especificações não usuais no mercado (sem padrão) e que, por conta da especificação escolhida e despadronizada, gere impacto negativo e relevante nos custos da contratação, bem como limitação à competição ou à sua realização devido à especificidade não usual em relação aos padrões ofertados pelo mercado, o que contrariaria o disposto no Art. 3º, XI, alínea 'a', item 1, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que tange à vedação de "especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame", e o princípio da economicidade, disposto no Art. 70 da Constituição Federal.

5.4. Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional pela Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de capina/roçada, englobando poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos e adubos, com emprego de mão de obra qualificada e fornecimento de todo material de consumo, máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, sem dedicação de mão de obra exclusiva, visando suprir as necessidades da SRSUL e unidades subordinadas pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas.

6.1.1. Tratam-se de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra a serem prestados nas dependências da Contratante.

6.2. Os serviços deverão ser prestados no período entre 08h00 e 17h00, mediante agendamento prévio com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, observando-se as datas estabelecidas no cronograma de execução previamente elaborado, não podendo atrapalhar os trabalhos desenvolvidos pelo INSS.

6.3. Os serviços solicitados possuem as seguintes descrições:

6.3.1. **Capina:** compreende o processo manual de erradicação de ervas daninhas retirando-se a planta em sua totalidade, removendo-se a maior porção de raízes. Incluem-se a retirada de vegetação dos calçamentos. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.2. **Roçada:** compreende o corte de vegetação acima do nível do solo à altura de 5 a 10 cm. Este corte poderá ser processado manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências) e/ou mecanicamente. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.3. **Corte de grama:** compreende o conjunto de operações envolvidas na poda dos gramados, sendo a principal delas o corte superficial da folhagem reduzindo-a à altura de 3 a 5 cm e será executado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso do equipamento mecânico. Devem ser efetuadas a limpeza das áreas retirando os materiais indesejáveis, pedras, minerais entre outros, por rastelamento, corte e refinamento do acabamento junto a meios fios e canteiros com remoção do material cortado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.3.4. **Poda de plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas:** compreende a retirada parcial de galhos e ramos de plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas, bem como a poda de árvores de pequeno porte (ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metro). Devem ser removidos galhos mortos, danificados, doentes ou infestados, além daqueles que representem risco à segurança das pessoas. Inclui também a retirada de galhos e ramos que interfiram ou causem danos permanentes às edificações ou equipamentos. Após a poda, devem ser realizados o rastelamento, o amontoamento do material cortado, o transporte até local adequado e a limpeza final das áreas adjacentes;

6.3.5. **Limpeza manual e retirada de detritos e folhas secas:** compreende a coleta de detritos e/ou resíduos sólidos provenientes das plantas e dos serviços executados, incluindo sua remoção e esvaziamento no destino final. Inclui a operação manual de limpeza, recolhimento, ensacamento de todos os resíduos e seu encaminhamento para a destinação final.

6.3.6. **Aplicação de herbicidas seletivos:** Aplicação de herbicidas seletivos: compreende a aplicação de produtos químicos para o controle eficiente de plantas infestantes e/ou ervas daninhas.

6.3.7. **Aplicação de adubação:** compreende a reposição dos nutrientes essenciais do solo para garantir o crescimento saudável e produtivo das plantas.

6.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.4.1. **Preparação:**

6.4.1.1. A mobilização do canteiro (local estabelecido pela contratante para armazenar os equipamentos necessários ao serviço) consistirá no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início dos serviços, incluindo-se a localização, o preparo e a disponibilização, no local, de todos os equipamentos, mão de obra, materiais e instalações necessários à execução do objeto do contrato. Está compreendido também o atendimento às exigências legais do Ministério do Trabalho e Emprego e às posturas municipais.

6.4.1.2. A desmobilização consistirá na desmontagem e retirada de todas as estruturas auxiliares e equipamentos do canteiro, bem como a reconstituição do entorno dos serviços, com a retirada dos resíduos provenientes do objeto deste contrato.

6.4.2. Execução dos serviços:

6.4.2.1. Executar a capina, roçada, corte de grama de cercas vivas e limpeza de terreno nas áreas indicadas pela contratante;

6.4.2.2. Realizar a limpeza, retirada de galhos secos das plantas de menor porte e remoção de ervas daninhas das áreas contratadas;

6.4.2.3. Executar poda de limpeza ou adequação de plantas de menor porte, arbustos e cercas vivas, bem como a poda de árvores de pequeno porte (ou aquelas cuja altura na fase adulta atinge até 1,8 metro), com a finalidade de remover galhos e plantas secas ou em declínio constante. A retirada deve ser feita com uso de maquinário adequado, evitando colisão com veículos, podendo ser utilizadas cordas com manuseio manual ou mecânico, conforme o peso do material a ser removido.

6.4.2.4. Aplicação de herbicidas seletivos e/ou adubação em plantas e canteiros, caso seja necessário.

6.4.2.5. Os serviços poderão ser executados mecanicamente e/ou manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências).

6.4.3. Finalização e limpeza:

6.4.3.1. Ao final dos serviços, a contratada realizará a remoção e descarte de todos os resíduos gerados, incluindo sua coleta, transporte e descarte de forma ambientalmente adequada.

6.4.3.2. O local deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

6.5. A prestação do serviço será efetuada nos endereços relacionados na planilha abaixo, retirada do documento SEI 23103062:

	ESTADO	GEX	ENDEREÇO	CIDADE
ITEM 1 – GEX CASCAVEL				
1	PR	CASCAVEL	Rua São Luís, 275	ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
2	PR	CASCAVEL	Rua São Paulo, 603, Centro	CASCAVEL/PR
3	PR	CASCAVEL	Rua Angelo Peruzzo, 37, Centro	CORONEL VIVIDA/PR
4	PR	CASCAVEL	Av. Paraná, 1661	FOZ DO IGUAÇU/PR
5	PR	CASCAVEL	Rua Guanabara, 410	FRANCISCO BELTRÃO/PR
6	PR	CASCAVEL	Rua Paraguai, 1145, Vila Velha	GUAÍRA/PR
7	PR	CASCAVEL	Av. Rio Grande do Sul, 270	MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
8	PR	CASCAVEL	Rua Vereador Antônio Pozzan, 1797, Centro	PALOTINA/PR
9	PR	CASCAVEL	Rua Tapajós, 520	PATO BRANCO/PR
10	PR	CASCAVEL	Rua Romeiras, 528	QUEDAS DO IGUAÇU/PR
11	PR	CASCAVEL	Rua Nereu Ramos, 1313, Centro	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR
12	PR	CASCAVEL	Rua Rui Barbosa, 2989, Jd. Gisela	TOLEDO/PR

ITEM 2 – GEX MARINGÁ

1	PR	MARINGÁ	Rua Nossa Senhora Aparecida, 181	ASTORGA/PR
2	PR	MARINGÁ	Av. Manoel Mendes de Camargo, 290, Centro	CAMPO MOURÃO/PR
3	PR	MARINGÁ	Av. Goiás, 17	CIANORTE/PR
4	PR	MARINGÁ	Rua Adinael Moreira, 11	COLORADO/PR
5	PR	MARINGÁ	Av. Brasil, 3025, Jardim da Luz	CRUZEIRO DO OESTE/PR
6	PR	MARINGÁ	Av. Libertadores da América, 145	GOIOERÊ/PR
7	PR	MARINGÁ	Rua Deputado Accioly Filho, 130, Centro	LOANDA/PR
8	PR	MARINGÁ	Av. Marcos Dias, 315	MANDAGUARI/PR
9	PR	MARINGÁ	Av. Felipe Camarão, 945	NOVA ESPERANÇA/PR
10	PR	MARINGÁ	Rua Onésio Francisco de Faria, 755	PAIÇANDU/PR
11	PR	MARINGÁ	Rua Salgado Filho, 789	PARANAVAÍ/PR
12	PR	MARINGÁ	Rua Inajá, 3610	UMUARAMA/PR
ITEM 3 – GEX LONDRINA				
1	PR	LONDRINA	Rua Minas Gerais, 385	ANDIRÁ/PR
2	PR	LONDRINA	Rua Firman Neto, 201	APUCARANA/PR
3	PR	LONDRINA	Rua Harpia/Esquina com a Rua Flamingo, S /N	ARAPONGAS/PR
4	PR	LONDRINA	Av. Edelina Meneghel Rando, 351	BANDEIRANTES/PR
5	PR	LONDRINA	Rua Domingos Vilas, 1034	CAMBARÁ/PR
6	PR	LONDRINA	Rua Presidente Castelo Branco, 210	CORNÉLIO PROCÓPIO/PR
7	PR	LONDRINA	Av. Presidente Tancredo Neves, 1555	IVAIPORÃ/PR
8	PR	LONDRINA	Rua Don Fernando Taddey, 1288	JACAREZINHO/PR
9	PR	LONDRINA	Rua Visconde de Mauá, 161	LONDRINA/PR
10	PR	LONDRINA	Rua Rui Barbosa, 174	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR
11	PR	LONDRINA	Av. Duque de Caxias, 1135	LONDRINA/PR
ITEM 4 – GEX PONTA GROSSA				
1	PR	PONTA GROSSA	Rua Ondina Bueno Siqueira, 220	ARAPOTI/PR
2	PR	PONTA GROSSA	Rua Marechal Deodoro, 492	CASTRO/PR
3	PR	PONTA GROSSA	Rua Rui Barbosa, 379	IBAITI/PR
4	PR	PONTA GROSSA	Rua Santo Antônio, 839	IMBITUVA/PR
5	PR	PONTA GROSSA	Av. Antônio Cunha, 507	JAGUARIAIVA/PR
6	PR	PONTA GROSSA	Av. Santos Dumont, 2255	LARANJEIRAS DO SUL/PR
7	PR	PONTA GROSSA	Rua Fritz Kliewer, 315	PALMEIRA/PR
8	PR	PONTA GROSSA	Rua Lauro Ferreira Caldas, 145	PINHÃO/PR
9	PR	PONTA GROSSA	Rua João Gonçalves Padilha, 391	PITANGA/PR
10	PR	PONTA GROSSA	Rua Lécia Ucrainka, 367	PRUDENTÓPOLIS/PR
11	PR	PONTA GROSSA	Rua Tenente Max Wolff Filho, 474	SÃO MATEUS DO SUL/PR
12	PR	PONTA GROSSA	Rua Leopoldo Voigt, 106	TELÊMACO BORBA/PR
13	PR	PONTA GROSSA	Rua Ipiranga, 251	UNIÃO DA VITÓRIA/PR
14	PR	PONTA GROSSA	Rua Marques do Paraná, 799	PONTA GROSSA/PR
ITEM 5 – GEX CURITIBA				
1	PR	CURITIBA	Rua Waldemar Kost, 706, Vila Hauer	CURITIBA/PR
2	PR	CURITIBA	Travessa da Lapa, 200, Centro	CURITIBA/PR
3	PR	CURITIBA	Rua Egito, 426, Nações	FAZENDA RIO GRANDE/PR
4	PR	CURITIBA	Rua Crispin Furquim de Siqueira, 1780, Centro	ITAPERUÇU/PR
5	PR	CURITIBA	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 479. D. Pedro II	LAPA/PR
			Rua Francisco Manoel de Oliveira Mendes,	

6	PR	CURITIBA	246, Centro	MANDIRITUBA/PR
7	PR	CURITIBA	Praça João Gualberto, 267, Centro	PARANAGUÁ/PR
8	PR	CURITIBA	Rua África, 50, Centro	PINHAIS/PR
9	PR	CURITIBA	Av. Prefeito Lothário Meissner, 350	CURITIBA/PR
ITEM 6 - GEX BLUMENAU				
1	SC	BLUMENAU	Rua XV de Novembro, 459, Centro	IBIRAMA/SC
2	SC	BLUMENAU	Rua João Veríssimo da Silva – SN, Centro	PENHA/SC
3	SC	BLUMENAU	Rua Arthur Reinert, 11, Centro	POMERODE/SC
4	SC	BLUMENAU	Av. 7 de Setembro, 352, Jardim América	RIO DO SUL/SC
5	SC	BLUMENAU	Rua Rio Branco, 206, Centro	BRUSQUE/SC
6	SC	BLUMENAU	Rua Floriano Peixoto, 26, Centro	BLUMENAU/SC
7	SC	BLUMENAU	Rua João Pessoa, 200, Velha	BLUMENAU/SC
8	SC	BLUMENAU	Rua Doutor José Bonifácio Malburg, 195, Centro	ITAJAÍ/SC
Imóvel não operacional				
1	SC	BLUMENAU	Avenida NEREU RAMOS, 891/893 891 CENTRO	TIMBÓ/SC
ITEM 7 – GEX JOINVILLE				
1	SC	JOINVILLE	Rua Vidal Ramos, 780, Centro	CANOINHAS/SC
2	SC	JOINVILLE	Rua Nelson Luiz Rosa de Bem, 90, Centro	GUARAMIRIM/SC
3	SC	JOINVILLE	Av. Getúlio Vargas, 500, Centro	JARAGUÁ DO SUL/SC
4	SC	JOINVILLE	Rua Graciosa, 380	JOINVILLE/SC
5	SC	JOINVILLE	Rua Brasília Celestino de Oliveira, 30	RIO NEGRO/PR
6	SC	JOINVILLE	Rua Capitão Ernesto Nunes, 89, Centro	SÃO BENTO DO SUL/SC
7	SC	JOINVILLE	Rua Nove de Março, 241, Centro	JOINVILLE/SC
ITEM 8 – GEX FLORIANÓPOLIS				
1	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Getúlio Vargas, 70, Centro	BIGUAÇU/SC
2	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Maximino de Moraes, 357, Centro	CURITIBANOS/SC
3	SC	FLORIANÓPOLIS	Av. Ivo Silveira, 1960, Capoeiras	FLORIANÓPOLIS/SC
4	SC	FLORIANÓPOLIS	Av. Santa Catarina, 952, Centro	IMBITUBA/SC
5	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Cento e Vinte e Um, 92, Centro	ITAPEMA/SC
6	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Governador Jorge Lacerda, 126, Centro	LAGES/SC
7	SC	FLORIANÓPOLIS	Av. Barão do Rio Branco, 277, Centro	PALHOÇA/SC
8	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Domingos Martorano, 350, Centro	SÃO JOAQUIM/SC
9	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Ademar da Silva, 1279 Kobrasol	SÃO JOSÉ/SC
10	SC	FLORIANÓPOLIS	Rua Atílio Campos Filho, S/N, Centro	TIJUCAS/SC
11	SC	FLORIANÓPOLIS	Av. Nelson Martins, 405, Centro	PALHOÇA/SC
12	SC	FLORIANÓPOLIS	Av. Mauro Ramos, 1880, Centro, Florianópolis	FLORIANÓPOLIS/SC
13	SC	FLORIANÓPOLIS	Praça Pereira Oliveira, 13, Centro, Florianópolis	FLORIANÓPOLIS/SC
ITEM 9 – GEX CHAPECÓ				
1	SC	CHAPECÓ	Rua Campos Novos, 211, Centro	CAÇADOR/SC
2	SC	CHAPECÓ	Rua São João Batista, 613, Centro	CAMPOS NOVOS/SC
3	SC	CHAPECÓ	Rua Ernesto Hachmann, 435, Centro	CAPINZAL/SC
4	SC	CHAPECÓ	Rua Rui Barbosa, 42D, Centro	CHAPECÓ/SC
5	SC	CHAPECÓ	Rua Independência, 221, Centro	CONCÓRDIA/SC

6	SC	CHAPECÓ	Av. Adelino Mangini, 313	DIONÍSIO CERQUEIRA/SC
7	SC	CHAPECÓ	Av. Olavo Bilac, S/N, São José	FRAIBURGO/SC
8	SC	CHAPECÓ	Av. Euclides da Cunha, 11, Centro	MARAVILHA/SC
9	SC	CHAPECÓ	Rua Travessa Chapecó, 100	PINHALZINHO/SC
10	SC	CHAPECÓ	Rua Quintino Bocaiúva, 423, Centro	PORTO UNIÃO/SC
11	SC	CHAPECÓ	Rua Gilio Rezzieri, 650, Centro	SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
12	SC	CHAPECÓ	Rua XV de Novembro, 1460, Centro	SÃO MIGUEL D OESTE/SC
13	SC	CHAPECÓ	Rua Saúl Brandalise, 201, Centro	VIDEIRA/SC
14	SC	CHAPECÓ	Rua Marechal Bormann, 360, Centro	XANXERÊ/SC
15	SC	CHAPECÓ	Rua Júlio Lunardi, 1725	XAXIM/SC
16	SC	CHAPECÓ	Rua Índio Condá, 600, Santa Maria	CHAPECÓ/SC
Imóvel não operacional				
1	SC	CHAPECÓ	Rua Francisco Correia Lotes 23 a 28 BELLO	CAÇADOR/SC
2	SC	CHAPECÓ	RUA FRANCISCO CORREIA MELLO Lotes 29 a 3 BELLO	CAÇADOR/SC
3	SC	CHAPECÓ	Rua Erny Edgard Fleck, SN	CAPINZAL/SC
ITEM 10 – GEX CRICIÚMA				
1	SC	CRICIÚMA	Rua Caetano Lummertz, 722, Centro	ARARANGUÁ/SC
2	SC	CRICIÚMA	Av. Felipe Schmidt, 1001, Centro	BRAÇO DO NORTE/SC
3	SC	CRICIÚMA	Av. Ernani Cotrin, 225, Centro	CAPIVARI DE BAIXO/SC
4	SC	CRICIÚMA	Av. Professor Eurico Back, S/N, Centro	FORQUILHINHA/SC
5	SC	CRICIÚMA	Rua Generino Teixeira da Rosa, 283, Raizera	SOMBRIO/SC
6	SC	CRICIÚMA	Rua São Manoel, 40, Centro	TUBARÃO/SC
7	SC	CRICIÚMA	Rua Leonardo Bialek, 995, Centro	CRICIÚMA/SC
8	SC	CRICIÚMA	Rua São José, 170, Centro	CRICIÚMA/SC
ITEM 11 – GEX CANOAS				
1	RS	CANOAS	Rua General José Machado Lopes, 256, Centro	ESTEIO/RS
2	RS	CANOAS	Rua Coronel Sarmento, 1321, Centro	GRAVATAÍ/RS
3	RS	CANOAS	Rua Olga Jancowski, 68, Três Portos	ESTEIO/RS
4	RS	CANOAS	Av. Inconfidência, 778, Marechal Rondon	CANOAS/RS
5	RS	CANOAS	Rua Firmiano Osório, 949, Centro	OSÓRIO/RS
6	RS	CANOAS	Av. do Riacho, 235	TORRES/RS
ITEM 12 – GEX NOVO HAMBURGO				
1	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Rodolfo Dick, 129, Centro	CAMPO BOM/RS
2	RS	NOVO HAMBURGO	Av. Sapiranga, 665, Centro	DOIS IRMÃOS/RS
3	RS	NOVO HAMBURGO	Rua João Luca, 186 / Duque de Caxias, Centro	ENCANTADO/RS
4	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Julio May	LAJEADO/RS
5	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Olávo Bilac, 1284, Centro	MONTENEGRO/RS
6	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Benjamin Constant, 182, Cerntro	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/RS
7	RS	NOVO HAMBURGO	Av. João Correa, 1622, Centro	SAPIRANGA/RS

8	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Guilherme Lahm, 1508, Centro	TAQUARA/RS
9	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Osvaldo Aranha, 2536, Centro	TAQUARI/RS
10	RS	NOVO HAMBURGO	Av. Um Norte, 315, Centro	TEUTÔNIA/RS
11	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Bento Gonçalves, 1891, Centro	NOVO HAMBURGO/RS
12	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Rondônia, 233	PORTÃO/RS
13	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Conceição, 364, Centro	SÃO LEOPOLDO/RS
14	RS	NOVO HAMBURGO	Rua Tamandaré, 221	NOVO HAMBURGO/RS
ITEM 13 – GEX CAXIAS				
1	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Júlio de Castilhos, 291	BENTO GONÇALVES/RS
2	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Dona Carlinda, 810	CANELA/RS
3	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Vereador Ubaldo Baldasso, 268	CARLOS BARBOSA/RS
4	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Coronel Pena de Moraes, 59-A	FARROUPILHA/RS
5	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Borges de Medeiros, 2110	FLORES DA CUNHA/RS
6	RS	CAXIAS DO SUL	Rua João Missiaggia, 159	GARIBALDI/RS
7	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Marechal Floriano, 250	VACARIA/RS
8	RS	CAXIAS DO SUL	Rua General Flores da Cunha, 454	VERANÓPOLIS/RS
9	RS	CAXIAS DO SUL	Av. da Vindima, 165	CAXIAS DO SUL/RS
10	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Visconde de Pelotas, 2280	CAXIAS DO SUL/RS
Imóvel não operacional				
1	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Antônio Ribeiro Branco lote 15 Vila Branco II	VACARIA/RS
2	RS	CAXIAS DO SUL	Rua Antônio Ribeiro Branco lote 16 Vila Branco II	VACARIA/RS
ITEM 14 – GEX PORTO ALEGRE				
1	RS	PORTO ALEGRE	Av. Bento Gonçalves, 867	PORTO ALEGRE/RS
2	RS	PORTO ALEGRE	Estrada Vila Maria, 265	PORTO ALEGRE/RS
3	RS	PORTO ALEGRE	Rua Marechal Andrea, 351 / Boa vista	PORTO ALEGRE/RS
Imóvel não operacional				
1	RS	PORTO ALEGRE	RUA TUPARAÍ, 82, QD.59	PORTO ALEGRE/RS
ITEM 15 – GEX PELOTAS				
1	RS	PELOTAS	Av. Antonio Duro, 1130, Olaria	CAMAQUÃ/RS
2	RS	PELOTAS	Rua Coronel Pacheco 1090	TAPES/RS
3	RS	PELOTAS	Rua Gomes Carneiro, 1240, Centro	BAGÉ/RS
4	RS	PELOTAS	Av. Narciso Silva, 2220, Centro	CAPÃO DO LEÃO/RS
5	RS	PELOTAS	Av. 27 de Janeiro, 1556, Centro	JAGUARÃO/RS
6	RS	PELOTAS	Rua Conceição P. de Ávila, 78	PIRATINI/RS
7	RS	PELOTAS	Rua João de Oliveira Rodrigues, 1797, Centro	SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS
8	RS	PELOTAS	Rua Eng. Fernando Duprat da Silva, 607, Centro	SÃO JOSÉ DO NORTE/RS
9	RS	PELOTAS	Rua Almirante Barroso, 1883, Centro	PELOTAS/RS
Imóvel não operacional				
1	RS	PELOTAS	RUA ANTÔNIO G. DE FREITAS e VAL PORTO	PELOTAS/RS

ITEM 16 – GEX SANTA MARIA				
1	RS	SANTA MARIA	Rua General Osório, 335, Centro	ENCRUZILHADA DO SUL/RS
2	RS	SANTA MARIA	Rua Barão de Caçapava, 633, Centro	CAÇAPAVA DO SUL/RS
3	RS	SANTA MARIA	Rua Sete de Setembro, 276, Centro	CACEQUI/RS
4	RS	SANTA MARIA	Rua General Portinho, 1785, Augusta	CACHOEIRA DO SUL/RS
5	RS	SANTA MARIA	Rua Adolfo Pritsch, 504, Centro	RIO PARDO/RS
6	RS	SANTA MARIA	Rua Francisco Camargo, 128, Centro	SANTIAGO/RS
7	RS	SANTA MARIA	Rua Capitão Amorin, S/N, Centro	TUPANCIRETÃ/RS
8	RS	SANTA MARIA	Av. Beto Salles, 55, Centro	JÚLIO DE CASTILHOS/RS
9	RS	SANTA MARIA	Rua 25 de Agosto, 90, Centro	CANDELÁRIA/RS
10	RS	SANTA MARIA	Rua Pedro Alvares Cabral, S/N, Centro	SOBRADINHO/RS
11	RS	SANTA MARIA	R. Ramiro Barcelos, 1430, Centro	SANTA CRUZ DO SUL/RS
12	RS	SANTA MARIA	Rua Jacob Becker, 1733, Centro	VENÂNCIO AIRES/RS
ITEM 17 – GEX URUGUAIANA				
1	RS	URUGUAIANA	Rua Bento Gonçalves, 592, Cidade Alta, Centro	ALEGRETE/RS
2	RS	URUGUAIANA	Rua Moreira César, 1046, Centro	DOM PEDRITO/RS
3	RS	URUGUAIANA	Rua São, 70	QUARAÍ/RS
4	RS	URUGUAIANA	Rua Amaro Souto, 1963, Centro	ROSÁRIO DO SUL/RS
5	RS	URUGUAIANA	Praça Camilo Mércio, 77, Centro	SÃO GABRIEL/RS
6	RS	URUGUAIANA	Rua Borges do Canto, 984, Centro	ITAQUI/RS
ITEM 18 – GEX IJUÍ				
1	RS	IJUÍ	Rua Sete de Setembro, 160, Centro	CERRO LARGO/RS
2	RS	IJUÍ	Av. Luis Milani, 254, Centro	FREDERICO WESTPHALEN/RS
3	RS	IJUÍ	Rua Sete de Setembro, 37, Centro	GIRUÁ/RS
4	RS	IJUÍ	Rua São Cristóvão, 1386, Centro	HORIZONTINA/RS
5	RS	IJUÍ	Rua Borges de Medeiros, 17, Centro	PALMEIRA DAS MISSÕES/RS
6	RS	IJUÍ	Rua Bento Gonçalves, 192, Centro	PANAMBI/RS
7	RS	IJUÍ	Rua João Bordim, 497, Centro	PORTO LUCENA/RS
8	RS	IJUÍ	Rua Doutor João Dahne, 197, Centro	SANTA ROSA/RS
9	RS	IJUÍ	Rua Doutor Bento Soeiro de Souza, 2373, Centro	SÃO LUIZ GONZAGA/RS
10	RS	IJUÍ	Av. Santa Rosa, 1381, Centro	TRÊS DE MAIO/RS
11	RS	IJUÍ	Rua General Osório, 250, Centro	TRÊS PASSOS/RS
12	RS	IJUÍ	Rua dos Andradas, 730, Dido	SANTO ÂNGELO/RS
13	RS	IJUÍ	Rua 20 de Setembro, 275, Centro	IJUÍ/RS
14	RS	IJUÍ	Av. Benjamin Constant, 553, São Miguel	CRUZ ALTA/RS
15	RS	IJUÍ	Rua Mauá, 1486, Centro	IBIRUBÁ/RS

ITEM 19 – GEX PASSO FUNDO				
1	RS	PASSO FUNDO	Av. Pátria, 525, Centro	CARAZINHO/RS
2	RS	PASSO FUNDO	Av. Tiradentes, 401, Centro	ERECHIM/RS
3	RS	PASSO FUNDO	Av. Borges de Medeiros, 785, Centro	GETÚLIO VARGAS/RS
4	RS	PASSO FUNDO	Rua Cel. Agilberto Maia, 715, Centro	GUAPORÉ/RS
5	RS	PASSO FUNDO	Rua Bento Gonçalves, 304, Centro	LAGOA VERMELHA/RS
6	RS	PASSO FUNDO	Rua Irineu Ferlin, 16, Centro	MARAU/RS
7	RS	PASSO FUNDO	Av. 7 de Setembro, 2111, Centro	SARANDI/RS
8	RS	PASSO FUNDO	Rua Vasco da Gama, 259, Centro	ESPUMOSO/RS
9	RS	PASSO FUNDO	Av. Maurício Cardoso, 1224, Centro	SOLEDADE/RS
10	RS	PASSO FUNDO	R. Gen. Osório, 1244, Centro	PASSO FUNDO/RS

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Foi elaborada uma planilha, dividida por itens, áreas, periodicidade e endereços, contendo a estimativa detalhada das quantidades a serem contratadas por localidade. Destaca-se que foi adotado o metro quadrado (m²) como unidade de medida, por se tratar de parâmetro objetivo.

7.2. Os serviços objeto desta contratação serão executados nos locais e áreas especificadas na planilha constante do documento SEI nº 23249351. Em cada imóvel, o serviço será executado conforme a periodicidade definida, ou seja: até 8 (oito) vezes por ano para imóveis operacionais e até 4 (quatro) vezes por ano para imóveis não operacionais.

7.3. Para fins desta licitação, a área total considerada será de **1.796.528,00 m²** (um milhão, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e oito metros quadrados), conforme detalhamento por item constante na planilha supracitada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.219.683,84

8.1. O orçamento estimado foi obtido a partir de pesquisas de preços, em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, tendo em vista o disposto no Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se, portanto, de orçamento cujo valor é contemporâneo e compatível com os valores praticados pelo mercado no que tange à exequibilidade.

8.2. A referida Instrução Normativa, que disciplina os procedimentos básicos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se os incisos I e II do art. 5º, conforme Pesquisa no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) - SEI 23295234, pesquisa em contratações similares - SEI 23266153 e na Nota Técnica 17 - SEI 23277395, em resumo abaixo:

a) Caracterização das fontes consultadas:

a.1) inciso I: Sistemas oficiais de governo, no PNCP;

a.2) inciso II: contratações similares feitas pela Administração Pública, em sites de prefeituras e demais órgãos;

b) Foram priorizadas consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021;

c) Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado: Média;

d) À média de valor obtida foi aplicado acréscimo de 20% (vinte por cento), em virtude dos serviços não abrangidos nas pesquisas: aplicação de herbicidas seletivos e adubos.

e) Valor limite por metro quadrado: **R\$ 0,78** (setenta e oito centavos) para a área gramada;

R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) para piso permeável.

f) Efetuada a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados.

8.3. Quanto à metodologia para obtenção do preço estimado, foi utilizada a média da série coletada, expurgando-se nesse cômputo todos os valores que destoavam demais dos limites superiores e inferiores com relação à linha média de preços, conforme acima explicitado, seguindo-se o disposto no Art. 6º da IN 65/2021 e parágrafos § 1º a § 6º, in verbis:

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

8.4. Considerando as características específicas do piso permeável (paver, pisograma, pedregulhos, canteiros e demais superfícies vazadas), que consiste em blocos intertravados com espaçamento preenchido por grama, ou que pode ocasionar o crescimento de matos, justifica-se a aplicação de um desconto de 30% sobre o valor padrão da capina em área gramada, com base nos seguintes fatores técnicos:

- a) Menor Volume de Vegetação: A presença de concreto, pedras, entre os espaços reduz significativamente o crescimento de plantas daninhas, limitando a necessidade de remoção intensiva;
- b) Facilidade de Execução: O terreno plano e regular permite o uso eficiente de roçadeiras ou ferramentas manuais, com menor esforço físico e menor tempo de execução;
- c) Redução de Resíduos: A vegetação presente é esparsa, resultando em menor volume de material a ser recolhido e descartado;
- d) Menor Desgaste de Equipamentos: A baixa densidade de vegetação e o piso regular reduzem o desgaste de lâminas e motores, diminuindo os custos operacionais.

8.5. A redução está amparada por critérios de economicidade e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021, que permite a adequação de preços conforme a complexidade e os insumos necessários à execução do serviço.

8.6. Diante dos fatores apresentados, propõe-se a aplicação de um desconto de 30% sobre o valor de referência da capina convencional, refletindo a simplificação operacional e a otimização de recursos na execução do serviço em área com piso permeável.

8.4. Diante do resumo da Pesquisa de Preços trazida acima, considerando a área total estimada e o número de intervenções a serem realizadas em cada imóvel durante o período de 12 (doze) meses, restou apurado o valor anual estimado de **R\$ 1.219.683,84 (um milhão, duzentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Ressalta-se que a regra, sempre quando viável, é o parcelamento da solução em mais itens sempre que a mesma for divisível e desde que não haja inviabilidade técnica e/ou econômica, prejuízos para o conjunto da solução e/ou perda de economia de escala, sempre visando a ampla participação e competitividade entre os licitantes.

9.2. Opta-se pelo parcelamento da solução sendo a contratação subdividida em 46 (quarenta e seis) itens, sendo 1 item para área gramada e 1 item para piso permeável por Gerência Executiva em imóvel operacional e não operacional, se for o caso, tendo em vista a grande área geográfica de abrangência da SRSUL.

9.3. Portanto, esses 46 itens serão divididos em 19 grupos (um grupo para cada Gerência Executiva), conforme à necessidade e metragem contratada, especificada na planilha arrolada no documento SEI 23249351.

9.3. Quanto ao agrupamento dos serviços de capina/roçada, incluindo poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, justifica-se a contratação conjunta, pois trata-se de serviço único e de natureza definida, sendo técnica e economicamente inviável o seu parcelamento. A divisão da solução poderia resultar na falta de padronização dos serviços prestados por empresas distintas que disputem e vençam itens licitatórios correlatos, gerando distorções na qualidade do serviço entre os diferentes executores.

9.4. Há inúmeras empresas habilitadas para participarem do certame da forma proposta, o que não restringe a competitividade, não havendo perda de economia de escala. O parcelamento do objeto com a divisão dos serviços pode trazer maiores riscos de problemas na atribuição de responsabilidade pela garantia do bom funcionamento do sistema. Por fim, a licitação sem o parcelamento do objeto promoverá redução nos custos administrativos, especialmente no que tange à gestão e fiscalização do contrato advindo da presente contratação, mobilizando-se menor quantitativo de servidores.

9.5. Ressalta-se que não haverá perda de economia de escala e haverá melhor aproveitamento das condições reais de mercado e ampliação da competitividade. Neste sentido, optou-se pela contratação agrupada dos serviços de capina/roçada, englobando poda (cercas e plantas de menor porte) e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, dividida em 19 itens, visando a ampliação da competitividade e das vantagens técnicas e econômicas para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os contratos referente aos Processos 35014.410664/2025-75, 35014.412007/2025-62, 35014.326463/2023-29, 35014.037482/2025-45, 35014.189738/2025-07, 35014.037482/2025-45, 35014.193218/2025-91, 35014.209685/2025-40 e 35014.204091/2025-42 - de prestação de serviços de manutenção predial nas Gerências Executivas e suas unidades, englobam os serviço de jardinagem e capina, se necessário, especialmente a poda de árvores de grande porte.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se faz consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, estando contemplada no Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N. 33, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, que aprova o Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2024/2027, bem como com a RESOLUÇÃO CEGOV/INSS N. 37, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, que aprova o plano de ação do INSS para o ano de 2025.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2026.

11.3. A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, UASG 510181, conforme DFD 73/2025 (SEI 22570627), **Contratação 510181-32/2026 (SEI 23380046).**

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

12.3. A prestação dos serviços de capina e roçada por empresa especializada permitirá um excelente custo-benefício ao INSS - SRSUL, de um lado, otimizando a destinação de recursos financeiros e, de outro, preservando áreas verdes com eficiência, garantindo um espaço limpo, salubre e conservado, contribuindo para a sensação de bem-estar dos servidores, usuários e transeuntes, e, por último, fortalecendo a imagem da Autarquia perante à sociedade na questão ambiental.

12.4. Para fins de medição dos resultados, objetivando alcançar os benefícios pretendidos com a presente contratação, será implementado para a presente contratação o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo II do Edital que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações do pagamento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbram necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

13.2. Sugere-se ao licitante a vistoria prévia ao fornecimento da proposta, quando da licitação. Como cada espaço a ser trabalhado é único e possui variações em suas especificidades, entende-se por necessário que a empresa proponente proceda a verificação dos locais de execução dos serviços.

13.2.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

13.2.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação de serviços continuados de capina, roçada, poda de cercas e plantas de menor porte e, em alguns casos, aplicação de herbicidas seletivos, deve incluir nas atribuições da contratada a responsabilidade de treinar e capacitar periodicamente seus empregados para o atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.2. A empresa contratada será responsável ainda pela destinação ambientalmente correta de todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

14.2.1. Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.3. A Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o Plano de Logística Sustentável - PLS, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;
- f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no planejamento efetuado, a contratação pretendida é considerada viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA COFL/SRSUL/INSS Nº 207, DE 10 de novembro de 2025

MARIANA FERRUCIO FAVARO

Equipe de Planejamento da Contratação

JULIANA DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 11:52:39.

Despacho: PORTARIA COFL/SRSUL/INSS Nº 207, DE 10 de novembro de 2025

ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 13:14:40.